

EDITORIAL

A revista “Direitos, Trabalho e Política Social” agora, em seu oitavo número, apresenta artigos sobre: TRABALHO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL e outros temas livres. Todos elaborados por autores e autoras inseridos/as na discussão do mundo do trabalho, e que apresentam uma compreensão sobre a flexibilização das leis trabalhistas e/ou dos direitos humanos. Expressam, mais uma vez, a “natureza contraditória da Política social em suas potencialidades e limites diante da dinâmica da relação Estado e sociedade na contemporaneidade, que é marcada pela crise do capitalismo, que atinge todas as áreas da vida humana.” Aqui o leitor/a deverá encontrar bases e parâmetros para desenvolver novas produções textuais e construir suas próprias resenhas e pensamentos.

A autora **Qelli Viviane Dias Rocha** apresenta o artigo intitulado IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO COM ‘ISMO’- A DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL E SUA BUSCA POR LEGITIMIDADE, que apresenta contribuições importantes para a apreensão das políticas públicas em face do capitalismo mundializado, em sua fase política neoliberal, e apresenta de forma breve, a constituição da formação sócio-histórica brasileira por meio das análises de Florestan Fernandes e Otavio Ianni.

O autor Thiago Rodrigues Barbosa nos oferece UM OLHAR SOBRE O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, enfatizando que a erradicação do trabalho infantil na zona rural não depende apenas do rigor normativo, pois a simples existência da norma não garante sua eficácia e efetividade no combate à exploração

de mão de obra infante-juvenil no contexto da agricultura familiar. A eficácia, que é em última análise a realização dos ditames jurídicos objetivados pelo legislador e a efetividade, que é a realização do direito desempenhando sua função social, dependem do ajustamento da norma às peculiaridades daqueles a quem se destinam.

Maciana de Freitas e Souza, Tamara de Freitas Ferreira e Ronally Dart Oliveira trazem um artigo sobre a **CRISE DO CAPITAL E OS DESAFIOS PARA O CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE**, indicando que no Brasil, com o processo de redemocratização política, o Sistema Único de Saúde (SUS), representou um importante marco na trajetória histórica da proteção social no país. Ressaltando que a partir da década de 1990, diante da ofensiva neoliberal é criada a lei N° 8.142 no sentido de regulamentar os conselhos de saúde. O trabalho busca compreender de que maneira o controle social se apresenta frente ao avanço neoliberal.

Juliano Batista dos Santos oferece o artigo **PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE DO RETRATO CENSI-TÁRIO EM CUIABÁ NO ANO DE 2017** que apresenta o perfil das pessoas em situação de rua em Cuiabá-MT, a partir da análise do Projeto e do Relatório *Quero Te Conhecer* da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano da Prefeitura da capital, com o objetivo de compreender o que a nova gestão do governo municipal (2017 a 2020) pensa e planeja para a população de rua durante os próximos quatro anos.

José Ediglê Alcantara Moura e Maria Jeanne Gonzaga de Paiva escrevem e apresentam, nesse número, um texto sobre a **INSERÇÃO DE IDOSOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO EM 1996, 2006 – 2016**, com o objetivo de ana-

lisar a evolução da participação dos idosos, por sexo, no mercado de trabalho formal brasileiro, nos anos de 1996, 2006 e 2016. Para tanto, foi traçado o perfil socioeconômico e demográfico dos ocupados com faixa etária de 65 anos ou mais. A principal fonte de informação foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

Wesley Henrique Alves da Rocha, Eva da Silva Alves, José Genivaldo de Arruda Barbosa, Marileide Pinheiro da Silva e Elizabete Maria da Silva apresentam um artigo sobre A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA QUILOMBOLAS NA UFMT: PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES onde refletem acerca das condições de permanência ofertadas aos estudantes quilombolas, bem como sobre as dificuldades enfrentadas pela administração da universidade na manutenção do programa. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica descritiva com abordagem qualitativa, operacionalizada como uma pesquisa de campo na Universidade Federal de Mato Grosso, com um estudante ingressante por meio do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombola (PROINQ), remanescente da comunidade Mata Cavalo (MT) e com dois servidores da Pró-reitora de Assistência Estudantil (PRAE).

Debora Markman e Mirta Gladys Lerena Manzo de Missailidis apresentam um artigo sobre AS INCONSTITUCIONALIDADES DO TÍTULO II-A DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, analisando as disposições constantes no Título II-A da CLT, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo, utilizando-se, na escrita, do procedimento dedutivo. Aferindo a constitucionalidade do novo regramento proposto, haja vista que este viola os direitos fundamentais e a própria dignidade

da pessoa humana, bem como os princípios hermenêuticos e a legislação civil.

Alair Silveira nos traz um artigo sobre a DEMOCRACIA E REDEMOCRATIZAÇÃO LATINA: BRASIL E BOLÍVIA SOB ANÁLISE, destacando que em meados da década de 1980, enquanto os países centrais experimentavam a contração democrática, a América Latina experimentava o processo de redemocratização, mas que o alcance desse processo, entretanto, precisa ser relativizado não somente quanto à efetividade democrática, senão que problematizado no contexto das relações de globalização econômica e hegemonia neoliberal. Assim, o artigo, reflete a democracia latino-americana, assim como sobre a redemocratização após experiências ditatoriais no Brasil e na Bolívia, e as expectativas sociais depositadas em primeiros-mandatários oriundos das lutas sociais.

Laura Magalhães de Andrade e Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme enriquecem a 8ª. edição com o artigo CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS URBANAS AMBIENTAIS, afirmando que desde as últimas décadas do século XX, a busca por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, notadamente após a Constituição da República de 1988, com seu art. 225, está na pauta do governo nacional, com o intuito não só de minimizar os impactos já existentes, mas de rever os hábitos consumeristas do próprio Estado e da sociedade. E, nesse contexto, o artigo apresenta um estudo sobre licitações sustentáveis como uma alternativa viável às contratações públicas municipais, tradicionalmente abarcadas pela Lei nº 8.666/1993 e que, atualmente, englobam o conceito de desenvolvimento sustentável em um necessário ciclo ético-ambiental. Assim

apresentam o resultado de uma investigação teórico-legislativa sobre o tema.

Miguel Rodrigues Netto fecha esta edição com o artigo A DISPUTA IDEOLÓGICA NAS MATÉRIAS DE POLÍTICA NAS REVISTAS: VEJA E CARTA CAPITAL, demonstrando que tais publicações se utilizam de teorias da comunicação como agenda setting e gatekeeper para induzir seus leitores na forma de reagir aos conteúdos publicados, reforçando seu viés ideológico, seja alinhado à direita seja à esquerda. Conclui que, embora ambas as publicações realizem um alinhamento ideológico na abordagem de suas matérias, *Carta Capital* o faz dentro dos limites do jornalismo enquanto que *Veja* utiliza subterfúgios para reforçar sua narrativa falaciosa.

Marluce Souza e Silva